

Tecnologias para a colaboração

Alfredo Eurico Rodrigues Matta¹

INTRODUÇÃO

O trabalho versa sobre **As (novas?) forças produtivas do capitalismo** e trata de estudar em caráter teórico as abordagens capazes de analisar e exercitar a compreensão dos avanços da sociedade informatizada de nosso tempo. De fato, o texto se refere à emergência e implantação das tecnologias da informação e comunicação (TIC), ou seja, ao campo da interpretação das recentes inovações tecnológicas advindas do avanço da computação e de suas aplicações.

A discussão tem origem no diálogo entre a experiência como historiador, a tese de doutorado² sobre o tema Educação, Informática e aprendizagem de História, na qual defendi uma posição dialética e próxima à de Vigotsky e Paulo Freire, e em leituras recentes de trabalhos de Perry Anderson³ e Fredric Jameson⁴, dentre outros. O traba-

1 Professor do Departamento de História da Universidade Católica do Salvador - UCSal e do Mestrado em Educação e Contemporaneidades da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Endereço para correspondência: Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Mestrado em Educação e Contemporaneidade, Rua Silveira Martins, 2555, Cabula, 41150-000 Salvador/BA. E-mail: alfredo@matta.pro.br

2 Alfredo Matta, *Procedimentos de autoria hipermídia em rede de computadores, um ambiente para o ensino aprendizagem de História*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 2001.

3 Perry Anderson, *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro, RJ, Zahar, 1999.

4 Fredric Jameson, *Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo, SP, Ática, 1997.

lho se interessa por construir uma posição crítica ao que é interpretado pelos pensadores pós-modernos, ou pelo menos à ala pós-estruturalista destes, mas também por Habermas⁵ e por Pierre Levy⁶, dentre outros, que constroem uma visão idealista e messiânica sobre a inovação tecnológica. Esta abordagem idealista, hoje hegemônica, está claramente voltada para o tecnicismo e para o determinismo tecnológico do processo social, traduzido apressadamente e sem demonstração no termo “Sociedade do Conhecimento”, hoje amplamente utilizado.

O trabalho, de fato, apresenta um ensaio, parte de uma discussão, longa e complexa, que tem em vista a necessidade de contarmos com alternativas para a interpretação da emergência das chamadas novas tecnologias e de sua influência na sociedade. A discussão é uma provocação para estudos mais profundos posteriores.

A discussão é dividida em 3 pontos inter-relacionados: sobre a existência de uma possível Sociedade do Conhecimento; sobre a compreensão metodológica relacionada às fontes do conhecimento, aos significados dos textos, dos discursos e das fontes e sobre como considerá-las; e finalmente sobre o processo de surgimento das técnicas da escrita e da hiper-escrita e sua participação nas práxis sociais reprodutivas.

TECNOLOGIAS PARA A COLABORAÇÃO

No que se refere à “Sociedade do Conhecimento”, muitos falam do atual “nascer em uma cultura tecnológica”. Afirma-se, dentre outras coisas, que assistimos ao emergir de “um novo modo de pensar” ou de “um novo comportamento intelectual, repleto de raciocínios analógicos e de assaltos do inconsciente”, ou ainda de uma “sociedade da informação”. Não há, porém, estudo aprofundado sobre o contexto social e as práticas cotidianas que justifiquem tais afirmações, o que faz com que elas soem quase como ficção científica, já que não há nenhuma demonstração empírica, ou de nenhuma outra espécie sobre tais novidades e muito menos evidência de alteração na vida concreta da sociedade em nossa volta.

As relações sociais capitalistas são todas as mesmas velhas conhecidas e continuam totalmente hegemônicas, o que não justificaria nenhuma afirmação pós-moderna

5 Jürgen Habermas, *The theory of communicative action*. Boston, Beacon Press, 1987.

6 Pierre Lévy, *A inteligência coletiva*. Lisboa, Instituto Piaget, 1998; Pierre Lévy, *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro, RJ, Editora 34, 1997; Pierre Lévy, *O que é virtual?*. Rio de Janeiro, RJ, Editora 34, 1996.

do tipo referido acima, exceto como marketing ou sonho. Enquanto a extrema exploração e o imperialismo continuam vigorando mais fortes do que nunca, crescentes mesmo, parte dos estudos sobre estas tecnologias caminha fingindo que tudo no mundo mudou. Sabemos, porém, é que tecnologia em si nada muda.

Quantas vezes somos testemunhas de sujeitos que tomam para si representarem o avanço tecnológico e estarem a serviço de alguma iniciativa futurista e de até pregarem que são um exemplo daquilo que será o padrão daqui a 10 anos. O pior é que há uns 20 anos estamos escutando isso e muitas destas visões messiânicas das tecnologias, que prometiam futuro e sucesso, já desapareceram; a última a entrar em baixa foi o *e-learning* mecanicista e as enciclopédias multimídia. Aí se diz que as mudanças são tão rápidas que o que vale hoje não valerá daqui a 2 anos e isso serve para movimentar mais o mercado de sistemas e a chamada Nova Economia. As tecnologias parecem hoje substituir a perspectiva de terra prometida ou de julgamento final, que antes serviam para reduzir o efeito das contradições sociais.

Mas o pior é quando a pós-modernidade messiânica resolve atacar aquele professor que há 20 anos tem alfabetizado e educado concretamente milhares de pessoas em um município do interior. Aí chega o especialista em novas tecnologias e diz que ele é pré-histórico, que sua aula não mudou nada desde 1814, ou desde 3000 e que seu conhecimento prático não presta. A maioria das vezes o crítico tecnológico nunca alfabetizou ninguém e nem entende nada da educação da comunidade na qual o professor está presente. Quando a pregação tecnológica atinge tal proporção passa mesmo a ser danosa e a contribuir para deslegitimar comunidades e relações entre sujeitos concretos, o que contribui para o processo de alienação capitalista.

Vivemos em um período de modas intelectuais retratadas na sucessão de autores e livros do momento e, para entrar nesse *fashion* intelectual, alguém inventa um termo benquisto, justifica com elucubrações que não refletem nenhuma realidade concreta, para então entrar na graça da indústria editorial, sempre preocupada em propagar aquilo que interessa à hegemonia de classes. A realização de edições voltadas para a divulgação de tais idéias cria rapidamente o clima do “novo”, da “nova tendência”. Divulgam a idéia e todos começam a repetir a mesma coisa, mesmo que não haja nenhuma evidência ou discussão aprofundada. Depois de um tempo aquele autor passa, a moda passa, mas logo é posto outro no lugar. O conhecimento sobre a aplicação das tecnologias da informação está muito influenciado por este processo tão historicamente atual quanto à própria tecnologia.

Este tipo de argumentação parece se alimentar de dúvidas. Argumenta-se que está

tudo em construção, tudo por fazer, e com isso se está criando espaço para que qualquer discussão ou opinião ganhe capacidade de influenciar decisões e pesquisas, sem o necessário exame rigoroso de suas proposições. O pior é que passam uma falsa impressão de que o mundo está mudando, de que o melhor está por vir, de que está chegando uma nova “ciber-época” de esplendor, o que significa dar um caráter quase religioso, certamente messiânico, às novas tecnologias e ao futuro da sociedade, pleno de novas características e novos paradigmas possibilitados pelo surgimento das novidades tecnológicas.

Esta espécie de “oba oba” tecnológico muitas vezes não é detida nem mesmo pela constatação da existência dos “flanelinhas”, não só em Salvador ou São Paulo, mas no centro de Nova York, Montreal, ou Londres. Parece claro que, se as relações sociais não mudaram, a introdução das tecnologias não podem ser avaliadas como determinantes de um novo quadro de organização social, que justifique chamar a sociedade de nova nisso ou naquilo. Se as relações sociais não mudaram, se as relações de poder e as de consumo não mudaram, se a práxis cultural não mudou, mesmo que tenhamos mudado alguns hábitos, estes estão apenas ocupando estruturalmente o lugar dos velhos hábitos; onde está então a novíssima sociedade e seus novíssimos paradigmas?

Muitos estudos bastante conhecidos advindos de tradições pós-modernas e pós-estruturalistas, do chamado culturalismo, podem ser analisados a partir destes argumentos⁷.

Não se trata de criticar as tecnologias e nem sua expansão, principalmente porque, sabendo da elevada produtividade e de sua penetração em todas as atividades humanas, nem se cogita em não aceitá-las. Desejamos oferecer um outro caminho explicativo, menos voltado à visão tecnicista ou individualista que vê no advento da tecnologia por si a novidade social, para trilhar alternativamente leituras focalizadas na característica colaborativa e de intensa interatividade social das redes de computadores e tecnologias da informação. Parece mais adequado caracterizá-las como tecnologias para a colaboração, já que, desde os anos 40 do século XX, elas têm respondido à demanda por otimização, eficácia e maior integração das relações humanas, contri-

7 Edgar Morin, *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro, RJ, Bertrand, 1996; Clifford Geertz, *A interpretação da cultura*. Rio de Janeiro, RJ, Zahar, 1978; James Canton, *Technofutures, como a tecnologia de ponta transformará a vida do século 21*. São Paulo, SP, Best Seller, 2001; Nicholas Negroponte, *A vida digital*. São Paulo, SP, Companhia das Letras, 2001; Pierre Lévy, *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro, RJ, Editora 34, 1997; André Parente (org.), *Imagem e máquina*. Rio de Janeiro, RJ, Editora 34, 1996.

buído para a construção da práxis e do conhecimento coletivizados. Há um potencial de transformação social e da prática humana no relacionamento colaborativo e pleno de interatividade, possibilitado às comunidades humanas pelas tecnologias da informação. Mas este potencial se realiza a partir do diálogo concreto entre as necessidades dos sujeitos e coletividades e a capacidade das tecnologias de atender a estas necessidades. Os estudos que investigam os casos de sucesso deste tipo de interação têm oferecido progressos científicos concretos capazes de sobreviver à temporalidade dos modismos intelectuais.

Nas últimas décadas ficou cada vez mais evidente a dificuldade, e até a falência, das iniciativas tradicionalmente individualistas e não colaborativas do capitalismo competitivo tradicional. De fato, cada vez maior número de estudiosos identifica os limites e a insustentabilidade do sistema capitalista⁸. A informática e as tecnologias da informação são respostas claras da práxis humana para esta demanda por colaboração e interação entre os diversos atores individuais, sejam empresas, ONGs, setor público, ou simples sujeitos singulares. A anterior propensão do sistema produtivo por investir em mais produtividade individual, para alimentar a disputa entre concorrentes, aos poucos tem dado lugar pela propensão ao investimento em otimização. Investir em otimização é pensar no contexto, na complexidade de todas as relações envolvidas em um processo. Desta forma, o processo social do presente passou a estimular maior cooperação e colaboração, em detrimento da competição, como elemento reprodutor de suas relações de existência. A informática e os computadores são artefatos que surgiram a partir destas necessidades e, portanto, respondem a uma dada **tecnologia para a colaboração**. Visto assim, a informatização da sociedade pode ser interpretada como uma demanda por abordagens menos individualistas e voltada para maior e crescente esforço por colaboração.

Mas, para chegar ao exame do potencial de transformação social concreta das chamadas *Tecnologias da Informação*, é necessário antes depurar os conceitos vigentes sobre as mesmas, que já se tornaram uma espécie de senso comum e que escamoteiam possibilidades dialéticas de interpretação. Aí chegamos ao nosso segundo ponto de discussão sobre como tem sido discutido o significado dos textos, das fontes de interpretação e sobre como se pode interpretar a comunicação e a interação entre os sujeitos realizada a partir dos meios de comunicação.

8 István Mészáros, *Para além do capital*. São Paulo, SP, Boitempo, 2002.

Preocupa-nos, por exemplo, as posturas pós-estruturalistas que pressupõem uma neutralidade disfarçada do cientista e uma “desconexão” da localidade com o contexto global, isso em plena expansão da mundialização das relações sociais. Ao analisar o discurso de forma individualizada e sem possibilidade outra que não a da coerência interna do argumento, se dissocia o sujeito de sua ação. Se dissocia também a práxis do sujeito daquela práxis coletiva, onde sempre estão situadas as práxis singulares individuais, do significado do texto, que mesmo referente a uma autoria individual, por convivência e interação deste indivíduo com seu meio, pertence sempre ao coletivo mais amplo do qual o autor participa. A análise de discurso pós-estruturalista não permite assumir cada fonte como produto de realidades mais abrangentes que o micro e a localidade. Vem daí certo “localismo”. A análise de discurso e de suas coerências internas transfere para o formato e a lógica formal do processo discursivo, para a organização e interlocução simbólica e para a tecnologia de comunicação, o papel de determinação das interações e do processo histórico. O texto, e a vida, são então vistos como uma criação de espaços identitários sem nenhuma perspectiva dialética ou concreta, que esteja fora dos simbolismos e do relativismo da subjetividade introjetada de cada um, expressa na ordem das idéias do discurso desvinculado à práxis da existência. Esta visão, bem calcada nos estudos e sugestões metodológicas de Foucault⁹ e Derrida¹⁰, está situada em posição totalmente oposta ao sócio-construtivismo necessariamente contextualizado, que trabalha com interação, com mediação, com zona proximal de aprendizagem, e com construção social do conhecimento, que podem ser lastro para a compreensão dialética do emergir das tecnologias da informação.

A situação é pior, ao constatarmos que nas últimas décadas estes estudos das contradições do processo de construção do significado, tão bem estudado pelo sócio-construtivismo dialético de Liev Vigotsky, foram absorvidos por certas tendências da ciência norte-americana, que descaracterizaram algumas perspectivas fundamentais dos estudos vigotskianos, distorcendo-os, para que pudessem ser utilizados em parceria com a pós-modernidade pós-estruturalista¹¹.

A idéia de separar o contexto social, o exame das pré-condições e articulações

- - - - -

9 Michel Foucault, *A arqueologia do saber*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1972.

10 Jacques Derrida, *Gramatologia*. São Paulo, SP, USP, 1973.

11 Vide William Frawley, *Vygotsky e a ciência cognitiva*. Porto Alegre, RS, ArtMed, 2000

sociais presentes nos textos, vistos como representação social exclusiva da subjetividade de um autor individual, a idéia de “des-historicizar” o autor do discurso e da oralidade de sua práxis coletiva e de seu processo de reprodução metabólico, como sujeito parte do coletivo, desconsiderando sua formação social e a participação de todas as interações de sua experiência em sua vida, parece ser o ponto mais importante a ser criticado dentre todos os argumentos pós-estruturalistas e pós-modernos, que acabam embasando a interpretação das novas tecnologias mais conhecidas, realizada por estas correntes.

A idéia de separar o pré-concebido, o contexto, supõe o texto como representação social do indivíduo que o gerou, representação individualizada, e a conseqüente idéia de que o coletivo só pode ser realizado por igualdades identitárias criadas e traduzidas em mensagens, códigos e decodificações, reduzindo a vasta complexidade da experiência humana a processos de ação comunicativa e à decodificação simbólica. O homem reduzido à condição de código, nem sei se pouco mais que um software. O texto, isolado do contexto, seria capaz de revelar no seu interior, no intertexto, as coerências internas do discurso dos indivíduos que “criam, inventam” olhares e as realidades, independentemente da práxis de suas vidas e das relações concretas, cheias de contradições e lutas de interesses, inclusive de classes, que, caso fossem consideradas, detonariam a perspectiva pós-estruturalista toda, inviabilizando-a. Pois aceitar a práxis para além de reduzi-la ao discurso revelaria que todo significado é socialmente construído e, portanto, impossível de ser individualizado no texto.

Esta questão nos põe diante da contradição entre idealismo e materialismo como abordagens úteis para a interpretação da própria existência e das suas evidências históricas, assim como para interpretar e compreender as tecnologias da informação. É a visão das fontes como sendo discurso, ou unicamente organização simbólica subjetiva de coerência individual que abre espaço para que se considere o mundo mudando e a história sendo determinada pelas chamadas ações comunicativas e pela evolução de novíssimas tecnologias inventadas pelo imaginário privilegiado humano, ou de alguns homens donos do futuro e da globalização. Estes donos do futuro, da história, do que será daqui a 15 anos, são então capazes de dizer o que os outros devem aprender e fazer, chamando esta atitude “inclusão” social, ou “digital”, atitudes que por terem origem “no futuro”, não encontram restrição, nem aguardam observação ou validação em experiências concretas.

Um terceiro ponto de análise trata das tecnologias da escrita e de uma proposta de explicação historiográfica materialista para o surgimento da tecnologia associada a

ela. A construção histórica da tecnologia da escrita retirou dos sujeitos comuns, da maioria da população de uma dada sociedade, e de sua práxis de participação no cotidiano, a capacidade imediata de articular construções coletivas existenciais, a partir da escrita, sempre dirigidas, ao menos em parte, pela verdade registrada. A hegemonia de uma parte, sempre menos numerosa, da sociedade sobre outra é facilitada por quem “congela” a práxis “certa” e socialmente aceita como verdade genérica e aplicável a muitas situações, independentemente do contexto, o que cria uma supremacia do “registro” sobre a prática e a necessidade imediatas dos sujeitos. A escrita não é uma simples “invenção” ou descoberta tecnológica do gênio subjetivo humano. Não é uma representação linear e seqüencial da realidade e nem implica em que a sociedade a partir dela pensa e faz tudo linearmente ou seqüencialmente, reduzindo sua flexibilidade. Tudo isso são interpretações apressadas da pós-modernidade e do pós-estruturalismo. Ela é uma construção social de uma coletividade que precisou daquele tipo de tecnologia em um momento histórico. Esta perspectiva de análise é de fato uma possibilidade de explicação histórica para a emergência da escrita muito mais próxima das posições teóricas de Vigotsky¹², Freire¹³ ou Gramsci¹⁴, ou de Raymond Williams¹⁵ ou Bakhtin¹⁶, ou seja de Marx¹⁷, do que a perspectiva defendida por Lévy, Habermas e outros de tendência pós-estruturalista, ou próximas a ela. De fato, esta abordagem está em oposição à explicação de Lévy sobre a questão da linearidade da escrita do texto impresso de Gutenberg e do advento da hipermídia. Também se opõe à sua visão sobre espaços antropológicos, perspectiva na qual Lévy fragmenta a existência em 4 espaços de convivência, arbitrariamente escolhidos, sem práxis ou concretude, e por ele generalizados para toda a humanidade e para toda a história..

A questão está relacionada com o discurso da verdade que, por sua vez, se relaciona com a práxis social ou cultural hegemônica em uma sociedade. Toda verdade só o é **em práxis**. Então vejamos: a verdade oral, aquela imediata e que media a práxis do cotidiano mesmo, respondia bem à necessidade social de características que preci-

- - - - -

12 L. Vigotsky. *A construção do pensamento e da linguagem*. Lisboa, Martim Fontes, 2001.

13 Paulo Freire, *Conscientização*. São Paulo, Editora Moraes, 1980

14 Antonio Gramsci, *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, RJ, Civilização Brasileira, 1991.

15 John Higgins, *Raymond Williams, literature, marxism and cultural materialism*. London, Routledge, 1999.

16 Mikhail Bakhtin, *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, SP, Hucitec, 2004.

17 Karl Marx & Friedrich Engels, *A ideologia alemã*. São Paulo, SP, Hucitec, 1999; Karl Marx, *Manuscritos econômicos e filosóficos*. São Paulo, SP, Martin Claret, 2002.

— | | —

— | | —

sam ter suas **verdades** coletivas resolvidas em cada caso, em cada momento, e sem uma hegemonia contínua de alguém ou algum subgrupo sobre os outros. O oral é suficiente para muitos casos, como, por exemplo, para a prática de um jogo de futebol, ou para a realização de uma caçada. Cada dia uma nova caçada, um novo jogo, um novo desafio com características singulares, o que equivale à construção de uma nova verdade resolvida e negociada no coletivo ali no calor do próprio evento cotidiano. Essa foi a única forma de construção da comunicação e da verdade por pelo menos 150.000 ou 100.000 anos de humanidade¹⁸. A escrita só foi inventada há uns 10.000 anos e em várias partes diferentes do globo. Se a ciência sabe que o ser humano não mudou há 150.000 anos, que é o mesmo *Homo Sapiens*, o que teria levado a escrita a demorar tanto tempo para ser criada? O método científico não existia então, ou seja, não existiam projetos científicos e busca por soluções à problemas de forma sistematizada. Isso quer dizer que na hora da necessidade é que eram construídas as novidades e soluções, e assim é provável que tenha sido com a escrita. Ela provavelmente foi criada quase que imediatamente à emergência de demanda social por uma tecnologia do registro. Não por método complexo, nem por “genialidade individual”, mas por uma necessidade coletiva. É importante então tentarmos perceber esta que necessidade.

Na medida em que as populações humanas se adensavam pelo planeta, cada vez mais vitoriosas sobre as pressões da natureza e da concorrência com outros animais, dentre 30.000 e 5.000 anos atrás; na medida em que suas sociedades pré-históricas, que chamaremos eco-interativas, pois que se reproduziam sociometabolicamente em interação ecológica e atitude coletiva e colaborativa ao contexto ambiental que habitavam, multiplicavam-se e conquistavam mais espaço físico ambiental para a humanidade em detrimento de outras espécies vivas, passaram a contar com menos condições de sobrevivência, cada vez menos recursos. Pior, passaram a concorrer seriamente com outros seres humanos e grupos de característica similar, concorrência bem mais séria que a oferecida por outras espécies de animais. As sociedades eco-interativas foram se tornando insuficiente, ineficientes para a sustentação da reprodução sociometabólica necessária a todos os grupos e sujeitos que viviam segundo aquela práxis. Isso resultou na necessidade destes sujeitos e

18 André Leroi-Gourhan, *Pré-história*. São Paulo, SP, Pioneira, 1981; Time-Life Editores. *A aurora da Humanidade*. Rio de Janeiro, RJ, Abril – Time-Life, 1996.

grupos atuarem no sentido de construir sistemas de sujeição do ambiente para que se pudesse extrair mais energia deste, em benefício de suas comunidades cada vez maiores e com mais demandas. Formas menos eco-interativas começaram a aparecer, com cada vez maior capacidade de extrair energia do sistema ambiental, para que pudessem ser capazes de reproduzir sociedades cada vez maiores e mais complexas, capazes de concorrer com outras sociedades rivais.

O surgimento desta relação desequilibrada com a natureza fez emergir a hegemonia de alguns que conseguiram organizar a maioria em esforços coletivos cada vez mais complexos e eficientes, mais especializados e mais fortes que os esforços das comunidades de eco-interação, como sistema de práxis social e poder. Isso gerou condição para o surgimento de sociedades mais complexas e que sobreviviam e se reproduziam como dominantes, reprimindo e reduzindo o espaço de outras formas de interação social e organização humana. Este processo é mais ou menos notável entre 30.000 e 5.000 anos em várias partes do planeta ao mesmo tempo. Trata-se de uma transformação social conduzida pela interação dialética entre ação humana e condicionamento ambiental, interação esta realizada pela existência em contexto sócio-ambiental. A escrita era necessária naquela situação. Ela foi capaz de “congelar”, fixar ou registrar a verdade hegemônica, aquela que prevalecia em práxis e que necessitava ser repetida com igual eficiência no dia seguinte. As soluções negociadas para cada evento, para cada caso, não tinham a mesma eficiência. A verdade registrada necessitava ser repetida, para que se mantivesse não só a hegemonia da então recente primeira classe dominante, como também para reproduzir a sociedade bem sucedida em seu controle da natureza e eficiência reprodutiva sociometabólica, para que ela continuasse bem sucedida no dia seguinte, expandindo-se em detrimento de outras menos capazes.

A escrita foi solução para que fossem constituídos traços permanentes, verdades socialmente aceitáveis e repetíveis. Mitos, justificativas, legitimações, processos técnicos bem sucedidos passavam então a ser reproduzidos. Os registros, porém, não mediam a ação por si somente, exceto quando de novo transformados na práxis do cotidiano pela classe dominante senhorial emergente, que traduzia a verdade escrita para o formato de ação coletiva. A verdade agora tendia a ser a de uns sobre a de outros, necessitando ser reproduzida continuamente e não mais em cada caso ou necessidade específica. Era necessário repetir a melhor caçada, aquela forma de plantar, a maneira exata de chegar a um dado recurso, ou se o perdia para um grupo concorrente. A escrita era então uma tecnologia vantajosa.



— | | —

Não é difícil perceber que a tecnologia social da escrita é efetivada em dois estágios subsequentes. No primeiro estágio, o senhorial, se pode identificar a escrita legitimando o poder e o processo social. As técnicas são mitificadas, pertencem à religião, às tradições, aos ritos que todos devem seguir. O segundo estágio é Burguês. A verdade continua escrita, mas é científica, mecanicista e determinista, e todos devem segui-la devido à força da demonstração. A burguesia fabrica então sua verdade *neutra* e devidamente escrita, objetivando os contextos e as condições e retirando da natureza a condição dialética de diálogo e mútua realização entre as condições ambientais e a subjetividade e a existência humana. A natureza e as condições são tratadas como objeto frio e passivo, e não mais como parceira e conjunto condicionante/condicionado da existência.

Então, o que “congela”, o que é linear, o que é determinista e mecanicista é a necessidade da classe hegemônica no poder de impor sua verdade, que não é cotidiana, nem relativa à *práxis* do dia-a-dia. São verdades que serão reproduzidas pelos atos e atividades regidos pela leitura e decodificação de registros, que virão repletas de fetiches e falsos determinismos, capazes de reproduzir, ao lado das formas coletivas sociometabólicas necessárias à comunidade, as relações de exploração e controle social desejadas pela ordem e classe dominantes.

De nada adiantam as interpretações idealistas e subjetivistas sobre a emergência das tecnologias e sobre as novidades dos hipertextos e possibilidades de leituras e escritas não lineares, se essa relação de poder e de validação de verdades não for superada, e ela não pode ser superada tecnicamente, ou seja, devido à intenções e implementações técnicas. Transformações que implementem alternativas de relações mais colaborativas e que caminhem para a construção de uma alternativa de sociedade mais justa só podem ser implementadas em *práxis* social e em vida cotidiana. Portanto, enquanto a vida cotidiana ou a experiência de uma coletividade for dominada pela *práxis* burguesa, todo texto ou hipertexto será linear e determinista, não devido à características técnicas implícitas, mas devido à necessidade da *práxis* sociometabólica por reproduzir verdades pertencentes à alguma hegemonia de classe. Todos acabarão seguindo os registros de *verdade morta* da classe hegemônica, no caso a burguesia, que ressuscitará cada vez que sua *práxis* for aplicada, e junto dela as relações de domínio e controle que as constituem.

A linearidade ou não de um argumento não está caracterizada pela tecnologia de sua expressão, pelo fato desta expressão ser oral, escrita ou hiperescrita, mas sim pela presença ou não das relações de classe e de hegemonia e exploração entre classes. A



depende desta relação de classes teremos versões comunitárias e colaborativas das verdades sociais, sejam elas escritas ou hiperescritas, ou teremos que conviver com a alienação e o fetiche registrado em favor de alguma versão parcial das verdades, conveniente apenas a uma parte do conjunto da coletividade, a classe dominante. Não há nada de estruturante em modalidades de comunicação e nem elas têm relação exclusiva com o processo de significação da construção coletiva, cuja práxis é muito mais complexa do que poderia ser interpretada quando reduzida apenas ao discurso e ao simbólico. Visto assim, tanto a oralidade, como a escrita ou a hiper-escrita, são dinâmicas não lineares e complexas, integradas à dialética da vida, caso estejam em diálogo com a práxis existência de uma comunidade em processo existencial plenamente colaborativo. Estão, assim, em cheque e demandando respostas às argumentações pós-estruturalistas.

CONCLUSÃO

Nas últimas décadas temos assistido à emergência esmagadora de perspectivas pós-estruturalistas, que aos poucos se fizeram pós-modernas, de explicação sobre a sociedade humana e em particular sobre o fenômeno da emergência das tecnologias da informática e comunicação. Este crescimento criou uma explicação que, embora defenda a diversidade, o faz apenas enquanto seja parte do imaginário e do simbólico, desestimulando leituras alternativas da realidade e da práxis concreta reduzida à ação discursiva. Isso acabou por criar uma explicação monolítica e endógena sobre o assunto, dificultando que os movimentos sociais tomem posse e argumentem sobre a questão, para assim poderem contar com estudos sobre as tecnologias que sejam úteis a suas demandas.

Aos poucos, parece que esta situação está se tornando evidente e isto tem provocado, no Brasil, mas também no ambiente internacional, uma reação e a possibilidade de buscar explicar o problema sob outras perspectivas teóricas, dentre as quais vem se destacando a abordagem dialética aplicada à necessidade da construção de uma sociedade socialista sustentável.

Um elemento que parece não dar mais para desconsiderar, é que se tornou cada vez mais evidente ser impossível discutir seriamente a questão das tecnologias da informação e da comunicação, sua emergência e grande alcance social, sem considerar seu processo de construção histórica e sua presença estratégica com relação à luta de classes.